

PARECER CONCLUSIVO

Conforme Artigo nº 200 Instrução Normativa nº 01/2020 do TCESP

Termo de Colaboração nº 218/2018

1º Termo Aditivo nº 013/2019

Entidade: Casa Assistencial e Educacional Amor ao Próximo - CAAP

EXERCÍCIO 2020

I - Constatamos que a entidade: Casa Assistencial e Educacional Amor ao Próximo - CAAP, está localizada
 na Rua Alexandre Ribeiro, 100 - Jardim Utinga - Santo André - SP - CEP: 09250-340 e está em regular funcionamento:

Consta no **artigo 3º** do estatuto da entidade a finalidade estatutária, que consiste em:

- I Atendimento a crianças no programa de Educação Infantil creche, com oferta de atividades socioeducativas, alimentação, cuidados de higiene, atenção à saúde preventiva e apoio ao desenvolvimento biopsicossocial;
- II Atendimento a crianças e adolescentes em atividades socioeducativas, em revezamento ao horário escolar;
 - III Atendimento à adolescentes e jovens em educação para o trabalho e iniciação profissional;
- IV Propiciar a participação da família e dos usuários na definição do plano de atividades, no processo de efetivação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, enquanto parceira da Instituição;
- V Atendimento às famílias e a comunidade, por meio de encontros de reflexão, orientação psicossocial e apoio material, na perspectiva do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
 - VI Promover ações de geração de renda e inclusão produtiva para as famílias e comunidade;
- VII Atendimento às pessoas idosas por meio de implantação de centro de convivência e acolhimento institucional;
- VIII Atendimento às crianças e adolescentes por meio da implantação de acolhimento institucional e residência inclusiva;
 - IX Atendimento específico às pessoas com deficiência por meio de integração e reintegração social;
 - X Atendimento a dependentes químicos visando sua reintegração social;
- XI Todos os serviços oferecidos contemplarão preferencialmente pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal na perspectiva da autonomia e defesa dos direitos sociais desses usuários.

O objeto do convênio consiste em:

O presente termo de colaboração, firmado com dispensa de chamamento público, conforme artigo 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014, e artigo 25, inciso IV do Decreto Municipal nº 16.870/2016, tem por objeto atendimento à crianças em creche e pré-escola, assegurando atendimento educacional e social dentro do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, em especial nos artigos 4º,29,30 e 31, e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em especial nos artigos 30, 4º, 50, 17, 18, 53, 58, 70, bem como nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil - RCNEI. Promover o cumprimento de todas as deliberações, legislações e normativas que tratem da Educação Básica, inclusive na Deliberação do CME nº 001/2018.

II - Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como, os rendimentos financeiros auferidos:



Nº DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	DATA DO REPASSE		VALOR DO REPASSE	FONTE DO RECURSO		IDIMENTOS IANCEIROS
533/2020	05/02/2020	R\$	213.836,46	MUNICIPAL	R\$	538,70
1780/2020	04/03/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	452,40
3210/2020	03/04/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	1.009,54
4093/2020	05/05/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	-R\$	1,89
5407/2020	03/06/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	540,77
6688/2020	03/07/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	825,95
8112/2020	05/08/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	•
9326/2020	03/09/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	410,43
10537/2020	05/10/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	763,44
11831/2020	05/11/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	28,51
13132/2020	03/12/2020	R\$	105.081,50	MUNICIPAL	R\$	739,40
TOTAIS		R\$	1.264.651,46	22.00	R\$	5.307,25

- III Foi recebida Prestação de Contas do ente beneficiário, nas seguintes datas 15/02/2020, 14/03/2020, 15/04/2020, 15/05/2020, 17/06/2020, 16/07/2020, 17/08/2020, 13/09/2020, 17/10/2020, 15/11/2020, 17/12/2020 e 19/01/2021, não havendo aplicação de sanções por ausência de comprovação ou desvio de finalidade.
- **IV** Os valores aplicados no objeto do repasse, demonstrando inclusive eventuais glosas conforme quadro abaixo:

A	Saldo do exercício anterior		R\$ 136.005,62
В	Valores repassados no exercício		R\$ 1.264.651,46
С	Rendimentos de aplicações financeiras		R\$ 5.307,25
D	Subtotal	(A+B+C)	R\$ 1.405.964,33
Е	Recursos próprios		R\$ 375,00
F	Outras receitas decorrentes da execução do ajuste		R\$ 0,00
G	Total de Receitas	(D+E+F)	R\$ 1.406.339,33
Н	Total de Despesas		R\$ 1.099.040,57
I	Saldo autorizado para o exercício seguinte	(G-H)	R\$ 307.298,76
J	Glosa devolvida		R\$ 123,60

V – Conforme P.A. nº 723/2020, o saldo remanescente de R\$ 307.298,76, foi autorizado para uso no exercício seguinte.

Houve a obrigatoriedade da devolução de valores a título de despesas indevidas no valor de **R\$ 123,60** valor esse já devolvido aos cofres públicos, conforme comprovantes em **fls. 2.412 a 2.414.**

VI – Atestamos que as atividades desenvolvidas com recursos próprios e verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas e com os resultados alcançados, conforme demonstração abaixo:



O ano de 2020 foi assolado pela pandemia do Coronavírus que obrigou o fechamento das escolas, impossibilitando o atendimento presencial das crianças, fazendo com que as creches, educadores e famílias tivessem que lidar com a imprevisibilidade do retorno.

A cada momento Decretos foram editados, explicitando a indefinição e imprevisibilidade do retorno, pautados na situação e o agravamento da disseminação do vírus, destacando-se entre eles:

Decreto 64.862, de 14 de março de 2020, que "Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela Covid-19 (Novo Coronavírus), cujo art. 1º, II determina: Os Secretários de Estado, o Procurador Geral do Estado e os dirigentes máximos de entidades autárquicas adotarão as providencias necessárias em seus respectivos âmbitos visando à suspensão: II – de aulas no âmbito da Secretaria da Educação e do Centro Paula Souza, estabelecendo-se no período de 16 a 23 de março de 2020, a adoção gradual dessa medida".

Decreto 64.879, de 20 de março de 2020, onde se "Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do Covid-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas".

Decreto 64.881, de 22 de março de 2020 que "Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus) e dá providências complementares" e que, dentre outras medidas, suspendeu as atividades presenciais nas instituições de ensino que atuam no estado de São Paulo.

Decreto 64.994, de 28 de maio de 2020, que *"Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto 64.881, institui o Plano São Paulo e dá providencias complementares"* que estabeleceu as Diretrizes do Plano São Paulo.

Decreto 65.061, de 13 de julho de 2020, revogado, que "Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de Covid-19 e dá providencias correlatas".

Decreto 65.140, de 19 de agosto de 2020, revogado, que "Altera a redação do Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de Covid-19, e dá providências correlatas".

Decreto 65.320, de 30 de novembro de 2020, que "Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto n^{o} 64.881, de 22 de março de 2020".

Decreto 65.384, de 17 de dezembro de 2020, que "Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de Covid-19, institui o Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para Covid-19 e dá providências correlatas". Destacamos neste Decreto os artigos 1º, 2º, 3º, 4 e 6º.

O município, por sua vez, pela indefinição da data de retomada das aulas presenciais, optou em continuar com o repasse às creches conveniadas, para garantir o princípio da continuidade do serviço educacional e do vínculo da criança com a creche, bem como a manutenção do emprego da equipe de trabalho, principalmente os necessários para o desenvolvimento das atividades remotas/físicas e o vínculo com as crianças e familiares.

Como forma de controle dos gastos, foi solicitado às creches que só efetuassem despesas em caráter de urgência e emergência e, havendo a necessidade, as mesmas deveriam solicitar a autorização de compra, prestação de serviços ou contratação de pessoal à Comissão de Monitoramento e Avaliação, através de uma justificativa que, que, conjuntamente com a Gestora, baseadas nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, autorizavam ou não o gasto. Outra ação tomada foi a redução dos repasses no ano de 2021, considerando o saldo existente na conta ao término de 2020.

Paralelamente, as creches tiveram que se adequar ao ensino remoto, através de vídeos aulas, utilizando ferramentas como WhatsApp, Google Meet, Facebook, entre outros e, para as famílias que não tinham acesso a esses mecanismos, a disponibilização de tarefas físicas a serem retiradas pelas mesmas, mantendo, desta forma, o vinculo entre a creche e a criança.

	PREVISÃO	1	RESULTADOS ALCANÇADOS		
Ciclo	Período				
	Integral	Parcial	Durante o ano houve a média de atendimento de		
Creche	170	0	crianças (97,94%), de forma presencial, de 03/02		
Pré-escola	0	0	20/03/2020 e de 23/03 a 18/12, de forma remo		
Total	170		devido à Pandemia do Covid_19.		



METAS QUALITATIVAS

DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA A PARTIR DOS EIXOS ESTRUTURANTES; BRINCADEIRAS E INTERAÇÕES

- Experiências e multiplicidade de ações com base nos cinco Campos de Experiência:
- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaço, tempo, quantidade relações transformações.

Constatamos que a entidade desenvolveu ao longo do ano atividades pedagógicas/desenvolvimento de projetos de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e no Projeto Político Pedagógico de forma satisfatória, adequando-se progressivamente ao contexto das propostas remotas e orientações às famílias em virtude da PANDEMIA COVID-19.

CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO

Registro no diário de classe; Cadastro na SED (Secretaria Escolar Digital); Relatórios de Execução do Objeto. Durante o ano de 2020, com o intuito de garantir o cumprimento da meta estabelecida no Plano de Trabalho, a Comissão de Monitoramento e Avaliação analisou as listagens das turmas, o Mapa de Movimento, inseridos nos Relatórios de Execução do Objeto, entregues mensalmente a essa Secretaria, bem como, através da fiscalização da plataforma da Secretaria Escolar Digital, onde as crianças são matriculadas, constatando o atendimento.

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

Reunião de pais e educadores; Atendimento individualizado; Eventos sociais; Palestras Educativas; Comunicação escrita. Devido à Pandemia, a entidade realizou reunião nos meses de fevereiro, agosto e setembro, com as famílias. Durante todo o ano foram feitos acompanhamentos, via mídias sociais, para dirimir todas as dúvidas, em relação aos trabalhos desenvolvidos de forma remota com as crianças, bem como informar sobre os Decretos Municipais e organizações de atendimento das Creches e discussão/organização do processo de construção do Documento Protocolos Sanitários, Orientações, Práticas de Rotina e Cuidados Essenciais no atendimento das escolas municipais da Rede de Ensino de Santo André.

APRIMORAMENTO DOS PROFISSIONAIS

Congressos e/ou palestras e/ou seminários; Cursos e/ou oficinas, e/ou workshop; Reuniões de formação. Para garantir o aprimoramento dos funcionários, a entidade proporcionou paradas pedagógicas, de forma remota, utilizando plataformas digitais, com o objetivo de discutir a prática pedagógica, através das reflexões e garantir o compartilhamento das metodologias de trabalhos, principalmente as voltadas ao processo de atendimento remoto. Também disponibilizou outras formas de aprendizagem através de Lives, entre outros.

INTERAÇÃO COM O ÓRGÃO GESTOR

Em virtude da Pandemia do Covid_19, as visitas in loco foram suspensas.

Foram feitas 9 reuniões durante o ano, sendo duas presenciais e 7 através de mídia social, como Skype e Google Meet.

A Entidade participou das reuniões pedagógicas promovidas pela Secretaria de Educação, estando de acordo com o percentual mínimo estabelecido no Plano de Trabalho.

BENFEITORIAS NOS ESPAÇOS FÍSICOS

Relatórios de execução do objeto; Visitas in loco

Reuniões pedagógicas;



Pequenos reparos/manutenção: Aquisição de materiais pedagógicos; Adequação de espaço/nº de crianças; Melhorias no aspecto de segurança.

Constatamos que a entidade mantém um espaço adequado e em boas condições físicas, inclusive com materiais pedagógicos disponíveis e em boas condições para o desenvolvimento dos projetos pedagógicos. Durante o ano, foram apontadas manutenções corriqueiras nos espaços, bem como benfeitoria no muro de arrimo localizado próximo à cozinha.

- VII Atestamos o cumprimento de todas as cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;
- VIII Atestamos a disponibilização, pela entidade do terceiro setor, dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, atestada pelo contador da beneficiária;
 - IX Dispensado o atendimento, de acordo com o Artigo 200 § 1º;
- X Atestamos que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem, sendo que os mesmos se encontram a disposição na sede da entidade;
- XI A regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas através de CND INSS e da CRF FGTS foi verificado pela Secretaria de Educação, antecipadamente aos repasses mensais;
- XII Na execução dos recursos repassados, na vigência de 2020, foram observadas as normas gerais que regem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público.
- XIII Declaramos a existência e o funcionamento regular do controle interno do Órgão Público Concessor indicando como responsável o Sr. Fábio Gracia Dio portadora do CPF: 053.896.038-85.
- XIV Foram realizadas visitas in loco regularmente pela equipe de coordenação pertencente a Secretaria de Educação de Santo André.

Santo André, 10 de agosto de 2021.

Mara Lucia Sbrana Rozendo Passos Gerente de Educação Infantil

Secretária de Educação

Visualizar Guia Página 1 de 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ SECRETARIA DE FINANÇAS

CERTIFICADO DE ARRECADAÇÃO

CERTIFICADO Nº.: 3521302430/21-1 R\$ 123,60

INTERESSADO: 1 - BANCO DO BRASIL S.A.

CNPJ: 00.000.000/5892-09

FOI RETIDO A TÍTULO DE (104 - RESTITUIÇÕES DIVERSAS DO ENSINO (TESOURO)) O VALOR DE R\$ 123,60

OBS: DEVOLUÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO № 218/2018 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A CRECHE CAAP, REFERENTE ÀS GLOSAS SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020, CRÉDITO EM 26/07/2021, C/C 200.070-9

DATA REPASSE: 09/08/2021

SANTO ANDRÉ, 09 DE AGOSTO DE 2021

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE TESOURARIA